

10. A importância e limitações da afetividade na primeira infância e a relação com traumas e transtornos na fase adulta

*Daniely Sampaio Rocha
Deise dos Santos Alves
Clawdemy Feitosa e Silva
Sidelmar Alves da Silva Kunz*

Introdução

O desenvolvimento de uma criança é constituído por marcos que precisam ser alcançados. É certo que cada criança se desenvolve de modo único, entretanto os recursos, sejam eles, sensoriais, ambientais ou afetivos influenciam essa evolução.

Durante esse processo o indivíduo passa por variáveis emocionais, desde o seu nascimento com a sensação de insegurança de quando é tirado do útero aconchegante e carregado na mão por alguém de quem nunca escutou a voz, a reação para isso é o tão esperado primeiro choro.

É relevante ressaltar que a criança, mesmo ao nascer, possui sentimentos e realiza manifestações, comunicações ou reações a respeito de cada situação vivenciada ou experienciada no seu dia a dia. E cabe aos adultos contribuir para que ela consiga se estimular e expressar seus sentimentos, gostos e interesses. Para tanto, é necessário que os adultos estejam abertos para compreender a sua comunicação e que desenvolvam as suas habilidades no que tange a saber ouvir a criança.

Experiências traumáticas na infância podem afetar de maneira significativa o desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social dos indivíduos (Holt *et al.*, 2008). Situações de abandono, de negligência e de abuso estão associadas a efeitos negativos sobre a saúde mental, como o desenvolvimento de transtornos de humor e de outras psicopatologias na vida adulta (Figueiredo, 2012; Konrad *Et Al.*, 2013; Martins, 2012). Com o acelerado crescimento e desenvolvimento da sociedade, casos de doenças emocionais são diagnosticadas com uma frequência assustadora, em crianças e adultos, muitos estudos têm apontado para a

relação existente entre os diversos tipos de negligência e de abuso sofridos na infância e o aumento da probabilidade de apresentar transtornos mentais no futuro (Benjet *et al.*, 2011; Selvi *et al.*, 2012; Zlotnick *et al.*, 2008).

O município de Luziânia, situado no estado de Goiás, lançou no dia 31 de maio de 2023 o Plano Municipal pela Primeira Infância-PMPI, tendo como objetivo oferecer às crianças uma infância com seus direitos assegurados, o foco dessa iniciativa é a prevenção e o combate aos diversos tipos de violência contra a criança.

Com base em um estudo feito em 2021 por um grupo de alunos do curso de psicologia do Centro Universitário Campos de Andrade, em Curitiba a respeito da aplicação do teste QUESI, que é um instrumento para adolescentes (a partir de 12 anos) e adultos, em que o participante assinala 28 assertivas relacionadas com situações ocorridas na infância e adolescência. O teste foi realizado com 45 adultos encarcerados por crimes relacionados com a violência contra crianças, com objetivo de correlacionar com possíveis traumas na infância.

Tendo em vista os dados e informações alcançados, assinala-se que esta investigação busca alargar a compreensão sobre essa temática e constituir subsídios que possam colaborar para a construção de políticas públicas sociais e educacionais voltadas para a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Primeira infância

O conceito de infância sofreu variadas modificações, repercutindo os momentos históricos e as formações sociais inerentes ao modelo de sociedade de cada época. É salutar a compreensão da linha evolutiva da infância tendo como referência inicial o século XII com a precariedade da saúde e da higiene em relação às crianças. Nesse momento, as crianças ainda não tinham o reconhecimento de sua condição e eram valorizadas em função do seu crescimento em prol da realização de tarefas típicas dos adultos. O descaso e falta de preocupação com a infância fazia com que se aprofundasse o índice de mortalidade infantil.

Pode-se apresentar um argumento contundente para demonstrar que a suposta indiferença com relação à infância nos períodos medieval e moderno resultou em uma postura insensível com relação à criação de filhos. Os bebês abaixo de 2 anos, em particular, sofriam de descaso assustador, com os pais considerando pouco aconselhável investir muito tempo ou esforço em um “pobre animal suspirante”, que tinha tantas probabilidades de morrer com pouca idade. (Heywood, 2004, p. 87).

Nesse caldo cultural específico, as crianças morriam ainda muito pequenas pela negligência de cuidados básicos. Vale ressaltar também que os cuidados dados a uma criança do

sexo masculino eram na maioria das vezes melhor do que os recebidos pelo sexo feminino.

Essa diferença de tratamento pode ser melhor compreendida ao se explicitar que “as meninas costumavam ser consideradas como o produto de relações sexuais corrompidas pela enfermidade, libertinagem ou a desobediência a uma proibição” (Heywood, 2004, p.76). Dessa forma, quando a criança nascia o tipo de comemoração era vinculada e dependia do seu sexo. O conceito de infância, assim como a noção de que os anos de infância são fascinantes, podem ser entendidos como fenômenos recentes na história da humanidade. A transformação do conceito de infância ganhou expressão nos séculos XV, XVI e XVII, quando reconheceram que a criança precisava de atenção e cuidados, fazendo a diferenciação entre adultos e crianças.

Trata-se um sentimento inteiramente novo: os pais se interessavam pelos estudos dos seus filhos e os acompanhavam com solicitude habitual nos séculos XIX e XX, mas outrora desconhecida. (...) A família começou a se organizar em torno da criança e a lhe dar uma tal importância que a criança saiu de seu antigo anonimato, que se tornou impossível perdê-la ou substituí-la sem uma enorme dor, que ela não pôde mais ser reproduzida muitas vezes, e que se tornou necessário limitar seu número para melhor cuidar dela (Ariès, 1981, p.12).

Na modernidade a infância foi assumida e organizada por projetos e políticas que definem e separam por fases. *O Estatuto da Criança e do Adolescente*, Lei 8.069/1990, considera crianças até 6 anos de idade como integrantes da primeira infância.

A Constituição Federal de 1988, no artigo 16, dispõe que a criança é um indivíduo com direito à liberdade, ao respeito e à dignidade. Trata-se, dessa forma, de pessoas que gozam de proteção especial e que estão em processo de desenvolvimento, bem como são sujeitos de direitos. Portanto, é preciso atenção, dedicação e cuidados para que a criança se desenvolva fisicamente, intelectualmente, emocionalmente, espiritualmente, psicologicamente, culturalmente...

Com o crescente número de casos de violência e negligência contra crianças, que na maioria das vezes ocorrem em seus lares ou com pessoas muito próximas, nos vemos diante de desafios intensos que sugerem ações cada vez mais incisivas por parte do poder público no que tange ao cumprimento da legislação pertinente.

Dessa forma, as políticas públicas instituídas no âmbito do Estado podem contribuir para o rompimento da cultura cristalizada em nossa sociedade que tem como pano de fundo um passado escravocrata e colonizador que insiste em manter as suas bases a qualquer custo, mesmo em um novo cenário social e político que clama pela garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Afetividade

Segundo o dicionário Aurélio (1994) a afetividade é definida como: conjunto de fenômenos sobre a forma de emoções, sentimentos e paixões, acompanhados da impressão de dor ou prazer, de satisfação ou insatisfação, de agrado ou desagradado de alegria ou tristeza. Em outras palavras, como o indivíduo reage as emoções, tanto sentidas quanto recebidas.

Neste estudo entenderemos a afetividade a partir da perspectiva pedagógica, uma vez que o objetivo é entender a relação da criança com a afetividade inserida no contexto escolar ou não, e os traumas e transtornos correlacionados a isso. Henri Wallon (1954, p. 288), educador e médico, explica a afetividade de outra forma:

A afetividade é um domínio funcional, cujo desenvolvimento depende da ação de dois fatores: o orgânico e o social. Entre esses dois fatores existe uma relação recíproca que impede qualquer tipo de determinação no desenvolvimento humano, tanto que a constituição biológica da criança ao nascer não será a lei única do seu futuro destino. Os seus efeitos podem ser amplamente transformados pelas circunstâncias sociais da sua existência onde a escolha individual não está ausente (Wallon, 1954, p. 288).

Com base nas duas definições podemos entender a afetividade como elemento fundamental no desenvolvimento da criança e para suas relações futuras. Na psicogênese da pessoa completa, Wallon percebe a criança como um ser completo, que é formado por quatro elementos; cognitivo, motor, afetividade e formação do Eu, a pessoa completa.

Na teoria Walloniana, o educador explica que nem o orgânico nem o social sozinho definirão o destino de alguém, entretanto ele afirma que a forma que nos comunicamos com o meio (afetividade) será o norte para chegarmos em algum lugar, mesmo que não seja o correto.

No contexto da violência e abuso contra criança, a afetividade é uma importante aliada para a inibição da ocorrência desses tipos de casos. Ao ensinarmos as crianças a reagir de forma assertiva em relação aos sentimentos e emoções que lhes são apresentados, isso torna mais difícil um adulto induzi-la a reagir de maneira contrária ao que está sentido. Logo, é de grande significado, nessa luta contra os ataques às crianças e aos adolescentes, ensiná-las a expressar os seus sentimentos.

Traumas psicológicos

O trauma psicológico infantil, pode ou não deixar marcas durante a infância, podendo ainda ocasionar a produção de consequências futuras as quais desencadeiam os transtornos mentais na fase adulta, visto que o abuso, privação, violência física e a negligência são formas

de agressões que afetam tanto o desenvolvimento social quanto o emocional da criança (Heinonem *et al.*, 2018).

Os traumas psicológicos causam sofrimento tanto para as crianças quanto para as famílias e podem ter consequência a longo prazo podendo afetar a vida adulta. Maus-tratos causam estresse associado a prejuízo no desenvolvimento do sistema nervoso, imunológico, cognitivo e afetivo. Consequentemente quando adultos as vítimas correm um risco maior de problemas de saúde comportamental, física, social e mental tais como: praticar violência ou desenvolver ansiedade, depressão, tabagismo, obesidade, comportamentos sexuais de alto risco, gravidez indesejada, abuso de álcool e drogas (Bio, 2018). Desta forma, os traumas são eventos que causam danos psicológicos à criança. Podem ser traumas físicos ou emocionais que acontecem dentro de um contexto escolar, social, familiar, ou até mesmo presenciar outras pessoas (inclusive parentes) sofrerem algum tipo de agressão.

Eventos traumáticos deixam marcas nos indivíduos, podendo desenvolver impactos significativos que afetam a qualidade da saúde mental durante toda a vida. Os traumas que acontecem durante a primeira infância podem afetar a forma como será o relacionamento com outras pessoas, o desenvolvimento educacional da criança, o modo como ela vai se comportar diante de adversidades.

Traumas de infância e suas consequências ao longo da vida

Doutora Marisa de Abreu Alves, psicóloga CRP 06/29493 discorre em seu blog como as crianças são pessoas sensíveis e impressionáveis. Suas mentes ainda estão em formação. Quando uma criança sofre um trauma, isso pode ter consequências ao longo de toda a sua vida, resultando em efeitos físicos como: hipertensão, doenças cardíacas e outros problemas de saúde.

As pessoas adultas são reflexos de tudo o que já foram durante toda a sua vida, então, considere a vida como um aglomerado de experiências que irão te constituir enquanto pessoa. Diante disso, é possível imaginar que todas essas vivências irão impactar de alguma forma, positiva ou negativamente.

Além disso, ao falarmos de traumas de infância, precisamos ter a clareza que em sua maioria são negligenciados como algo que merece atenção ou não se vê isso como um problema durante a infância, mas seus efeitos no futuro são significativos. E, na própria infância os impactos são enormes, no entanto, o adulto que movido por uma cultura adultocêntrica não consegue perceber, observar e entender o mundo da criança.

Os traumas de infância podem ter consequências profundas e duradouras na vida adulta.

Algumas dessas consequências podem incluir problemas de saúde mental, relacionamentos interpessoais difíceis, baixa autoestima e até mesmo problemas de saúde física. A criança pode ter dificuldade para se relacionar com os outros, para se concentrar na escola ou para lidar com as emoções. Isso pode levar a outras dificuldades no futuro, impactando diretamente em sua vida pessoal e profissional.

Importante salientar que nem sempre os traumas de infância irão se configurar em transtornos psicológicos severos, eles podem se apresentar de formas sutis, mas que causam impactos significativos na vida dessas pessoas afetadas por um trauma. Para isso, é possível destacar principais áreas afetadas por um trauma e como essas consequências irão atuar ao longo da vida.

Questionário de Traumas de Infância (QUESI)

Para tanto, considerar os traumas que impactam os sujeitos, devemos refletir sobre pesquisas recentes que através do Questionário Sobre Traumas na Infância (QUESI) tem sido segundo Grassi-Oliveira; Stein; Pezzi (2006) uma importante ferramenta de narrativa de retrospectivas de vida, no qual foi baseado na obra de *Childhood Trauma Questionnaire* de Bernstein et. al., (2003), e que portanto, buscou mensurar certas formas de abuso, seja como exemplo: abuso físico, sexual, emocional, ou de negligência emocional e física dentre outros.

Diante de tais considerações, foi realizado nas cidades de Londrina e Curitiba no Paraná, uma pesquisa com adultos em situação de privação de liberdade por acusação de agressão sexual contra crianças, com intuito de analisar se os mesmos adultos poderiam ter sofrido algum tipo de trauma na infância para agir com tamanha violência com suas vítimas, nesse sentido

O estudo foi realizado com 45 indivíduos adultos do sexo masculino em cárcere, a média de idade dos participantes foi de 42 anos, a média de escolaridade foi de ensino fundamental completo. Referente as vítimas 82,2% eram do sexo feminino, com idade média de 10 anos. Além disso, 84,4% dos agressores eram muito próximos da vítima (filhas, enteadas, sobrinhas, netas, vizinhas). Além disso, a maioria dos entrevistados abusaram somente de uma vítima (93,3%). Estes dados apresentados anteriormente foram adquiridos através de uma entrevista semiestruturada (Luiz; Machado; Valin, 2021, p. 3).

Observa-se que são indivíduos adultos do sexo masculino que cometem o crime e assim, abusam do sexo feminino demonstrando que fatores de força e proximidade geram um índice elevado, mesmo que os dados informem que seja apenas de uma vítima. Outro ponto de deve ser esclarecido é que na entrevista foi desagregado em cinco blocos (quatro blocos sobre violências,

e um sobre fatores de proteção) de respostas referentes às vivências experienciadas na infância dos participantes todos com aproximadamente 5 questões cada.

Logo, os resultados evidenciaram que,

Através da análise desses dados, foi possível perceber a predominância de negligência 37,8% dos casos, seguido pela violência psicológica 34,45%, violência física 28% e sexual 13,34%, indicando que os participantes experienciaram uma dessas violências ao longo da infância. Além das formas de violências experienciadas pelos participantes, foi identificado que 88,38% dos participantes tiveram alguma forma de fatores de proteção dentro da família nuclear ou ao decorrer da infância.

Portanto, observamos que os traumas são evidentes no contexto de violência com os próprios algozes mesmo que os próprios entrevistados informaram que tiveram fatores de proteção dentro de seus nichos sociais ou mesmo durante sua fase de infância ao longo da vida (Luiz; Machado; Valin, 2021, p.3).

Plano Municipal pela Primeira Infância

O Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) é uma iniciativa do município de Luziânia que reconhece a importância da primeira infância para o desenvolvimento pleno das crianças. Trata-se do período compreendido desde a gestação até os primeiros seis anos de vida, sendo considerado um momento determinante para formação do ser humano, uma vez que as experiências vividas nessa fase influenciam na aquisição de habilidades e competências que a criança necessitará para o seu pleno desenvolvimento e repercutirá por toda vida adulta.

O compromisso com a primeira infância deve ser coletivo e envolver todas as instâncias de governo e setores da sociedade civil, incluindo o setor empresarial, visando garantir os direitos das crianças e promover seu desenvolvimento físico, emocional, social e cognitivo. Para isso, são fundamentais a articulação política e o fortalecimento das organizações comunitárias, bem como a eficiência das políticas públicas e o efetivo trabalho intersetorial.

O PMPI é um instrumento que orienta a atuação do poder público, da sociedade civil e das famílias, que são corresponsáveis por assegurar os direitos fundamentais para o desenvolvimento integral das crianças nessa faixa etária.

É uma ferramenta de acompanhamento e controle dessa atuação, pois dispõe sobre as metas e estratégias necessárias para promover o desenvolvimento das crianças, considerando suas necessidades específicas e a importância do período da primeira infância para formação humana. A efetiva implementação do PMPI contribuirá estrategicamente para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e comprometida com o bem-estar das crianças, que são

sujeitos de direitos com prioridade absoluta.

No Brasil, a prioridade da criança é estabelecida pela Constituição Federal de 1988. O art. 227 determina um tratamento privilegiado para a faixa etária de 0 a 18 anos, e, excepcionalmente, até 21 anos. O Marco Legal da Primeira Infância, aprovado pela Lei Federal nº 13.257, de 8 de março de 2016, deu um passo além e estabeleceu princípios e diretrizes para a formulação e implementação das políticas públicas para as crianças de 0 a 6 anos. Em seu artigo 4º e seus incisos, estabelece que estas devem ser voltadas para o atendimento à criança de forma a:

- i. atender ao interesse superior da criança e à sua condição de sujeito de direitos e de cidadã;
- ii. incluir a participação da criança na definição das ações que lhe digam respeito, em conformidade com suas características etárias e de desenvolvimento;
- iii. respeitar a individualidade e os ritmos de desenvolvimento das crianças e valorizar a diversidade da infância brasileira, assim como as diferenças entre as crianças em seus contextos sociais e culturais;
- iv. reduzir as desigualdades no acesso aos bens e serviços que atendam aos direitos da criança na primeira infância, priorizando o investimento público na promoção da justiça social, da equidade e da inclusão sem discriminação da criança;
- v. articular as dimensões ética, humanista e política da criança cidadã com as evidências científicas e a prática profissional no atendimento da primeira infância;
- vi. adotar abordagem participativa, envolvendo a sociedade, por meio de suas organizações representativas, os profissionais, os pais e as crianças, no aprimoramento da qualidade das ações e na garantia da oferta dos serviços;
- vii. articular as ações setoriais com vistas ao atendimento integral e integrado;
- viii. descentralizar as ações entre os entes da Federação;
- ix. promover a formação da cultura de proteção e promoção da criança, com apoio dos meios de comunicação social.

É importante destacar que a participação da sociedade civil, em especial, dos pais e responsáveis pelas crianças, é de fundamental importância para o sucesso do PMPI, uma vez que são corresponsáveis pela garantia do pleno desenvolvimento das crianças e pela efetividade das ações previstas no plano. O Plano Municipal é também um instrumento norteador importante para o desenvolvimento humano, social e mesmo econômico do município. Ele estabelece

relações intersetoriais específicas para garantir direitos fundamentais às crianças na faixa etária de 0 a 6 anos, de forma integrada. O Plano traça metas e estratégias com o objetivo de que se transformem em ações concretas para promover uma infância plena, integral promissora e saudável para todas as crianças do município.

Considerações Finais

Considerando a infância como fase de suma importância para o desenvolvimento da criança e para a formação do EU, conclui-se que crianças que recebem estímulos afetivos principalmente durante a primeira infância, experiências afetivas que contribuem de forma positiva na formação da personalidade e do desenvolvimento pessoal, tornando-se adultos mais confiantes, seguros que terão maior facilidade em lidar com situações de conflitos.

Por outro lado, temos os traumas de infância que podem ter consequências duradouras para a vida social do indivíduo. A criança que sofreu algum tipo de trauma, negligência, abandono ou abuso durante a infância pode desenvolver problemas para se relacionar com outras pessoas, insegurança, dificuldades para confiar nos outros. Problemas esses que podem afetar de forma negativa a vida social do indivíduo.

Percebemos que os traumas de infância, que muitas vezes são negligenciados ou se quer são considerados um problema durante a infância, mas seus efeitos no futuro podem ser significativos e gerar grandes consequências na vida adulta, como vimos no QUESI, onde foi constatado que a maioria dos encarcerados tiveram um histórico de violência significativo em algum momento, seja física, psicológica, sexual ou algum tipo de negligência.

Portanto, a importância de destacar a iniciativa do município de Luziânia com a criação do Plano Municipal pela Primeira Infância, que criou um compromisso com a primeira infância de envolver todas as instâncias de governo e setores da sociedade civil, visando garantir os direitos das crianças e promover seu desenvolvimento físico, emocional, social e cognitivo de forma positiva.

Referências

Ariès, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1981

Abreu, Marisa Alves. Psicóloga CRP 06/29493
<https://marisapsicologa.com.br/ajuda-emocional.html> acesso em: 14 jun. 2023.

Bernstein, D. P.; Stein, J. A.; Newcombc, M. D.; Walker, E.; Pogge, D., Ahluvalia, T.; Stokes, J.; Handelsman, L.; Medranoh, M.; Desmondh, D., & Zule, W. Development and validation of a brief screening version of the Childhood Trauma Questionnaire. **Child Abuse & Neglect**, 27, p. 169–190, 2003.

Bio, Danielle Soares. **A associação entre traumas na infância, funcionamento cognitivo e morfologia cerebral em pacientes com transtorno bipolar tipo I** / Danielle Soares Bio - São Paulo, 2018.
<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5142/tde08052019102007/publico/DanielleSoaresBioVersaoCorrigida.pdf> acesso em: 21 jun. 2023.

Brasil. **Lei Federal n. 8069**, de 13 de julho de 1990. (ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente).

Brasil. **Lei Federal nº 13.257**, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 jun. 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/13257.htm. Acesso em: 20 jun. 2023.

Figueiredo, A.L. **Associação entre trauma na infância e transtorno do humor na vida adulta**. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/4787>. Acesso em: 16 jun. 23.

Grassi-Oliveira, R., Stein, L. M.,; Pezzi, J. C. Tradução e validação de conteúdo da versão em português do Childhood Trauma Questionnaire. **Revista de Saúde Pública**, 40(2), 249-55, 2006.

Luiz, Jonatas Onofre Mariano, MACHADO, Kauhan de Abreu, VALIN, Tassiane Ap. Ferreira. **19º Seminário de Pesquisa/Seminário de iniciação científica**. V. 19 n 19. UNIANDRADE, 2021.

Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Editora Nova Fronteira. 1 cd-rom. 1994.

Wallon, Henri. Les mileux, les groupes et la psychogenèse de L'enfant. **Enfance**, Paris, v. 4, nº 3, p.287-296, mai/oct. 1954.

Heinonem, E; Knekt, P; Härkänen, T. Virtala, E. & Lindofors, O. Associations of early childhood adversities with mental disorders, psychological functioning, and suitability for psychotherapy in adulthood. **National Library of Medicine - PubMed**, 2018. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29677619/>> Acesso em: 21 jun. 2023.

Heywood, Colin. **Uma história da infância: da Idade Média á época contemporânea no Ocidente**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Holt, S.; Buckley, H.; Whelan, S. The impact of exposure to do mestic violence on children and young people: a review of the literature. **Child abuse negl.**, Oxford, v. 32, n. 8, p.797-810, 2008.

Konradt, C, E. *et al.* **Trauma precoce e transtornos de humos em jovens**. Rev. psiquiatr. clín, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 93-96, 2013.

Martins, C. M. S. **Análise da ocorrência de estresse precoce em pacientes psiquiátricos adultos. 2012. Dissertação (Mestrado em Saúde Mental)** – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/17/17148/tde-30052012-130123/> Acesso em: 18 jun. 2023.

Luziânia. **Plano Municipal pela Primeira Infância**. <https://www.luziania.go.gov.br/wp-content/uploads/2023/06/PLANO-MUNICIPAL-PELA-PRIMEIRA-INFANCIA-LUZANIA-GO-1.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.

Selvi, Y. *et al.* Relations between childhood traumatic experiences, dissociation and cognitive models in obsessive and compulsive disorder. **Int. J. Psychiatry Clin. Pract.**, London, n. 16, p. 53-59, 2012.

Zlotnick, C. *et al.* Childhood trauma, trauma in adulthood, and psychiatric diagnoses: Results from a community sample. **Compr. psychiatry**, New York, n. 49, p. 163-169, 2008